

EDIÇÃO 03 OUT/NOV 2020

VUKÁPANAVO

ISSN 2596-2426

REVISTA TERENA - MS - BRASIL

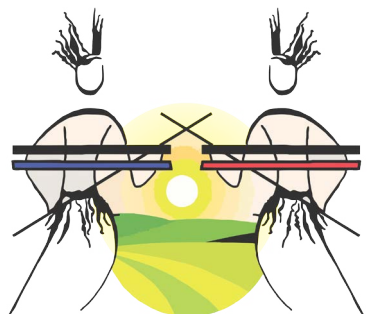
PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA DOS POVOS INDÍGENAS



Vukápanavo: Revista Terena

nº 3, p. 1-400, out./nov. 2020

ISSN: 2596-2426



CONSELHO DO POVO TERENA

Hánaiti Ho'únevo Têrenoe

CONSELHO DO POVO TERENA

Equipe Terena

Daniele Lorenço Gonçalves

Eder Alcântara Oliveira

Elison Floriano Tiago

Erick Marques

Evelin Tatiane da Silva Pereira

Luiz Henrique Eloy Amado

Simone Eloy Amado

Zuleica da Silva Tiago

Capa

Erick Marques

Vukápanavo: Revista Terena

nº 3, p. 1-400, out./nov. 2020

ISSN: 2596-2426

<https://www.vukapanavo.com>

Apoio: Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS); Fundação Oswaldo Cruz, via projeto “Aprimoramento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, através do desenvolvimento de estudos técnicos, pesquisas científicas e ações estratégicas, essenciais para a diversificação, ampliação e qualidade dos serviços de saúde prestados aos indígenas”.

Mato Grosso do Sul - Brasil

O CORONAVÍRUS NO SUL DO AMAZONAS: DIÁLOGOS E REFLEXÕES COM AGENTES AMBIENTAIS INDÍGENAS KAGWAHIWA SOBRE A PANDEMIA EM SEUS TERRITÓRIOS

*Marcela Menezes¹, Benedita Parintintin², Cleudo Tenharin³,
Cleiton Macedo⁴, Joelma Diarróí⁵, Marcelino Parintintin⁶,
Maria de Lourdes Parintintin⁷, Carlos Souza⁸, Derick Farias⁹,
Ney Maciel¹⁰*

Resumo: O enfrentamento à pandemia da Covid-19 pelos povos indígenas no sul do Amazonas, relatado por Agentes Ambientais Indígenas (AAIs) Kagwahiwa que estão, junto com suas lideranças e organizações, na linha de frente no combate a esta doença, é o tema deste trabalho. Os Kagwahiwa são formados pelos povos Tenharin, Parintintin e Diajui, que ocupam um complexo étnico territorial encaixado na ponta oeste do arco do desmatamento e que desde a segunda metade do século passado, com a inauguração das rodovias BR-319 e BR-230, sofrem uma intensa pressão desenvolvimentista. A pandemia agregou novos impactos na vida desses povos, até então invisíveis nas estatísticas oficiais. As organizações indígenas exercem papel essencial na construção de alianças para o enfrentamento realizado pelas comunidades. Este trabalho estabelece diálogos a partir das percepções dos próprios agentes ambientais indígenas, para levantar reflexões sobre os impactos no cotidiano, na cultura, na economia e no seu próprio trabalho como mobilizadores e multiplicadores de conhecimento, com enorme capacidade de reinvenção e resiliência destes povos em estabelecer novas práticas e novas relações.

Palavras-chave: Covid; Sul do Amazonas; Terras Indígenas; Kagwahiwa.



Introdução

O enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19 no sul do Amazonas, relatado por Agentes Ambientais Indígenas (AAIs) Tenharim, Parin-

1. Assessora do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável (UnB). 2. Agente Ambiental Indígena Parintintin. 3. Pesquisador Indígena Tenharin. 4. Agente Ambiental Indígena Diahui. 5. Agente Ambiental Indígena Diahui. 6. Agente Ambiental Indígena Parintintin. 7. Agente Ambiental Indígena Parintintin. 8. Técnico de campo do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Mestrando em Ciências Ambientais (UFAM). 9. Técnico de campo do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Mestrando em Ciências Ambientais (UFAM). 10. Assessor do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Doutor em Antropologia Social (UnB).

tintin e Diahui, e que estão, junto com suas lideranças e organizações indígenas, na linha de frente do combate à doença, expõe uma série de estratégias coletivas utilizadas por eles para proteger sua saúde e seus territórios. Entre essas estratégias se destacam a pactuação de acordos comunitários específicos de proteção à saúde e à vida, o fortalecimento de uma autonomia alimentar e também as ações de suas organizações formais em aliança com segmentos dos governos e com organizações da sociedade civil. Explicitar essas estratégias conjuntas, por meio de relatos diretos acerca dos impactos sentidos nas aldeias e suas respostas a estes impactos, manifesta um desafio incontestável e vivido por todos nós: a inevitabilidade do agir coletivo no enfrentamento das situações causadas por processos abrangentes globais.

Os relatos que serão expostos ao longo do texto foram resultados de um esforço de comunicação e diálogo remoto entre a equipe de campo do IEB baseada em Humaitá e os agentes ambientais Tenharim, Diahui e Parintintins, coautores e coautoras deste texto. Nesse sentido, situamos este esforço no conjunto da atuação desenvolvida pelo Programa Povos Indígenas, do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), que desde 2016 implementa um programa de formação de Agentes Ambientais Indígenas², que tem apoio do Fundo Amazônia/BNDES. Mas antes de apresentarmos os impactos e estratégias destes Kagwahiwa, vamos rapidamente localizar e apresentar esses povos e o contexto em que estão imersos.

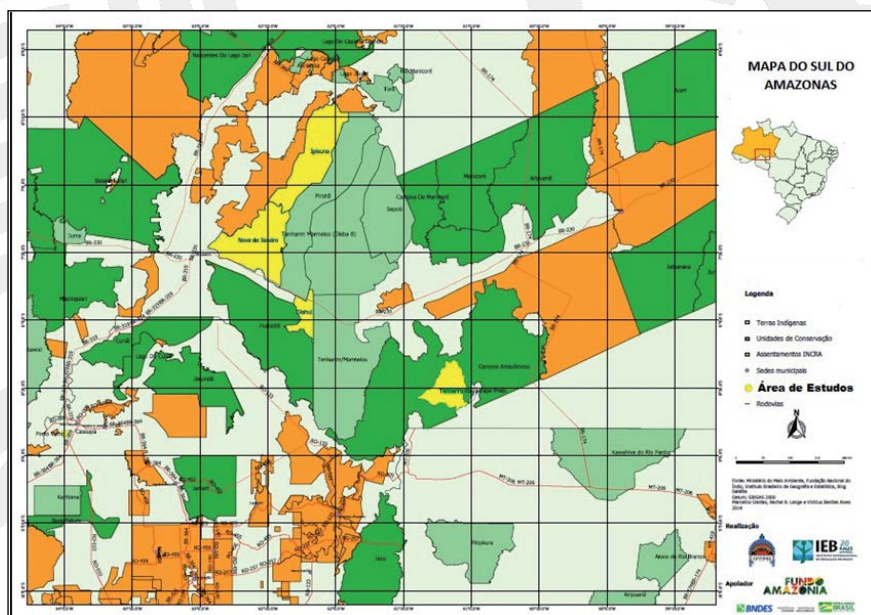
Os Tenharim, Parintintin e os Diahui são parte de um conjunto de povos que se autodenominam Kagwahiwa e que compartilham não só a mesma língua Tupi-Guarani, mas também muitos costumes e práticas culturais³. Juntos, ocupam quatro terras indígenas: os Parintintin ocupam as TIs Nove de Janeiro e Ipixuna, ambas no município de Humaitá, onde se distribuem em três aldeias – aldeias Pupunha e Traíra, na TI Nove de Janeiro, e aldeia Canavial, na TI Ipixuna, com uma população estimada em 37 pessoas; os Diahui, ocupam a TI homônima, também localizada no município de Humaitá, e se distribuem em três aldeias ao longo da rodovia Transamazônica – aldeias Paranã PukaHu, Kwaiari e Ju'i –, sendo sua população estimada em aproximadamente 90 pessoas; e os Tenharim do Igarapé Preto, que ocupam a TI Tenharim do Igarapé Preto, localizada no município de Novo Aripuanã,

2. Atualmente estão sendo formados 30 agentes ambientais Kawahiwa nas TIs Nove de Janeiro, Diahui e Ipixuna. Na TI Tenharim do Igarapé Preto foram formados 10 pesquisadores indígenas para apoiar a elaboração do plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena.

3. Além dos povos Tenharim, Parintintin e Diahui, são considerados Kagwahiva também os Uru-eu-wau-wau, os Amondawa, os Karipuna e os Juma. Os três primeiros na região do Alto Madeira, em Rondônia, e o último na região do rio Purus, no Amazonas.

e estão distribuídos em três pequenas aldeias– Igarapé Preto I e II, e Água Azul– que somam uma população de aproximadamente 100 pessoas⁴.

A cidade com a qual esses povos mantêm um forte vínculo e que acessam cotidianamente pelas BR-319 ou BR-230 é Humaitá, situada a 200km de Porto Velho/RO. Nela estão estabelecidos a Coordenação Regional da Funai, o Polo Base da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, e também é onde os indígenas comercializam seus produtos agrícolas e artesanatos, realizam suas compras e acessam os diversos serviços públicos de educação, saúde e bancário.



Encravado no sul do estado do Amazonas, na ponta oeste do chamado arco do desmatamento, o território Kagwahiwa recebe uma intensa pressão desenvolvimentista, inaugurada com a abertura das rodovias BR-319 e BR-230 (Transamazônica). A partir dos anos 2000, essa pressão se intensificou, e grande parte dela devido à alta no preço das *commodities* agrícolas e a implementação das políticas governamentais desenvolvimentistas. Esse modelo de desenvolvimento, chamado neoextrativista, cujo expoente é a exportação de soja, e tem como um de seus elementos-chave a chamada reprimarização da economia brasileira, a partir do comércio de *commodities* agrícolas, que se estabeleceu no Brasil na primeira metade dos

4. Além da TI Igarapé Preto, os Tenharim também ocupam a TI Tenharim do Marmelos, a TI Sepoti e TI Marmelos (Gleba B).

anos 2000 (GUDYNAS, 2018). Esse modelo neoextrativista é caracterizado pela produção de *commodities*, principalmente agrícolas, para exportação, e coloca a modernização e promoção da agricultura intensiva como um passo fundamental para o desenvolvimento (ALMEIDA, 2011).

Não obstante a região não ser uma produtora de soja, os processos associados ao neoextrativismo avançaram sobre os territórios indígenas da região, pressionado pela expansão da fronteira agrícola e de exploração mineral nas suas bordas. Nesse sentido, a região pode ser considerada o que Zhouri (2018) chama de “zonas de sacrifício”, ou seja, novas fronteiras econômicas em torno da mineração e da agricultura intensiva que avançaram sobre os territórios dos povos camponeses, indígenas e tradicionais.

Dada a sua proximidade com os estados do Mato Grosso, principal produtor de soja do país, e Rondônia, que ano a ano expande sua área de produção, os estados do Amazonas sentem as pressões da fronteira agrícola através, principalmente, mas não apenas, das rodovias BR-230 e BR-319, que servem, dentre outras coisas, para o escoamento da soja na região. Essa infraestrutura é fundamental para o produto, pois interliga uma complexa rede de infraestrutura em vários países da América Latina, porém serve também como vetor para o desmatamento, queimadas, garimpos e outras atividades degradadoras do meio ambiente.

Imersos nesse contexto local e, concomitantemente, numa teia de relações que os conectam a um mercado global em expansão, os povos Kgwahiwa, como forma de resistência a esse processo desenvolvimentista, vêm implementando uma intensa agenda ambiental em seus territórios. Destaca-se o conjunto de projetos apoiados por uma rede de parceiros ambientalistas, indigenistas que, junto com apoiadores financeiros⁵, possibilitam a formação e atuação dos Agentes Ambientais Indígenas (AAI). Estes AAIs estão sendo preparados em programas de formação continuada implementados por uma parceria entre suas respectivas organizações indígenas e o Instituto de Educação do Brasil (IEB), sendo sua atuação focada no apoio à efetivação de planos de gestão, sistemas agroflorestais e no monitoramento territorial de suas terras. Além disso, esses agentes também têm, entre suas competências, a de serem os propagadores e multiplicadores de práticas relacionadas à gestão dos recursos ambientais.

É nesse contexto regional de expansão de fronteiras desenvolvimentistas e resistência indígena que a Covid-19 se espalha nas aldeias, tendo na

5. Projetos apoiados pela Agência Americana de Cooperação (USAID), Fundo Amazônia/BNDES e Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Fundação Moore e PACT World, para mencionar alguns, em parceria com o Instituto Internacional do Brasil (IEB) e Associações Indígenas mencionadas neste texto.

infraestrutura existente na região para a expansão extrativa sua via de disseminação. Segundo dados da Aliança para Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas, em 7 de agosto de 2020, todo o sul do Amazonas registrava 10.527 ocorrências confirmadas e 175 mortes por Covid-19 nos 10 municípios da região. O município de Humaitá registrava 2.427 casos confirmados.

Organizamos este artigo por temas considerados relevantes pelos agentes ambientais no enfrentamento à Covid, a saber: a importância e os impactos do afastamento social nas relações com seus parentes e aliados; os impactos da pandemia em suas manifestações culturais e em sua economia; o esforço de suas organizações formais em compor alianças com segmentos dos governos e com organizações da sociedade civil; e o papel dos agentes ambientais no enfrentamento da pandemia.

O distanciamento social e seus impactos

Como já dissemos, a Covid-19 se alastrou rapidamente pelas aldeias indígenas, incluindo casos de mortes. Receosos e vendo a onda da doença se aproximar das aldeias, os povos indígenas, seguindo as recomendações das autoridades de saúde pública e de suas lideranças, se auto impuseram tal distanciamento, evitando, o máximo possível, a saída de pessoas das aldeias para as cidades, principalmente para Humaitá e Porto Velho. Evitaram também o contato social mais intenso no interior das comunidades e as visitas de não indígenas nas aldeias, que foram reduzidas somente às visitas consideradas essenciais.

Maria de Lourdes Parintintin, que além de agente ambiental também trabalha no sistema de saúde indígena do governo, e Benedita Assunção Neves Parintintin, liderança da aldeia Ipixuna e também agente de saúde indígena, expõem suas percepções sobre os impactos desse distanciamento social nas relações cotidianas de seu povo e nos trabalhos comunitários conjuntos, que é um dos pilares da organização Kagwahiwa:

A pandemia do coronavírus fez com que as famílias ficassem isoladas em suas casas, sem contato com seus parentes. Isso antes não tinha, nós, povos indígenas, gostamos de ficar juntos no nosso dia-dia, durante as refeições, nos mutirões para implantar roçados, no preparo da farinha, desde a coleta da mandioca até o preparo da farinha, e nas caçadas e pescarias pelo rio Ipixuna. Estamos desde de março de 2020 em completo isolamento nas nossas casas e aldeia, sem se deslocar para a cidade de Humaitá. Antes, convidávamos todas as famílias da aldeia para ajudar: o trabalho era de mutirão, o puxiru, todos ajudavam. Hoje estamos fazendo o preparo dos nossos roçados de forma isolada, cada família trabalha na sua área.

Este isolamento das pessoas em suas casas e a necessidade de se preservar com medidas de distanciamento em relação ao mundo exterior estão abalando significativamente as suas relações sociais. Um dano inestimável em se tratando de coletividades tão pequenas. Marcelino Parintintin, Agente Ambiental Indígena e Professor da Terra Indígena Nove de Janeiro, nos fala sobre receio e medos coletivos que afetou o relacionamento cotidiano com seus parentes e vizinhos:

A pandemia trouxe essa preocupação e alterou o modo de viver. A gente tem medo quando alguém vai para cidade comprar algum alimento e quando chega a gente já pensa, será que essa pessoa não veio contaminada? Será que ela usou álcool em gel direto? Então isso alterou porque a gente não consegue mais ir à casa daquele parente e ficar conversando à vontade. Às vezes, qualquer febre, dor de cabeça que as pessoas sentem, a gente já pensa: poxa, será que é a pandemia? Será que é Covid? Será que a pessoa está infectada? Então isso alterou nossa rotina. Os momentos sociais, como conversar com os parentes, a gente deixou de fazer isso.

Mesmo sendo irreparáveis esses danos, e sem solução a curto prazo, há um certo consenso nas aldeias sobre a necessidade momentânea, em nome de sua saúde e de seus parentes, de manterem-se o máximo possível em distanciamento social, garantindo a permanência das pessoas nas aldeias e mantendo o contato mínimo necessário com as pessoas ‘de fora’. Este ‘fora’ incluiu os outros grupos indígenas, afetando não só a convivência interna, mas também a convivência entre as aldeias e entre os próprios povos Kagwahiwa, como nos relata Joelma Diarrói, Agente Ambiental Indígena Diahui:

A pandemia afetou o dia a dia do povo indígena na nossa região. É muito comum os povos indígenas se visitarem durante dias e meses. As visitas ficaram mais restritas, pois por segurança fomos orientados a não ir para outras comunidades, porque não sabemos quem está contaminado, pois existe doente assintomático. Para a nossa segurança, estamos cumprindo o isolamento social nas nossas aldeias. O modo de visita que estou falando é o modo de vida cotidiana, seja para conversar ou para buscar uma muda de uma planta, ou para saber sobre os preparativos das festas M’Botawa. (...) temos o costume de visitar para conversar, para almoçar e para festejar quaisquer festas e cerimônias, como casamento, cerimônia da menina moça, cerimônia de passagem do menino para homem, cerimônia de passagem dos anciões.

Diante destes impactos negativos, a determinação para efetivar esse distanciamento não foi um processo simples, tendo as comunidades que estabelecer acordos internos efetivos, principalmente aqueles relacionados ao deslocamento das pessoas para as cidades de Humaitá e de Porto Velho,

como conta Cleudo Tenharin, coordenador da Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto (APITIPRE):

Quando saímos, fazemos um acordo: quando se faz necessária a ida para fazer compras e outras atividades, se destina no máximo duas pessoas que são consideradas fora de risco, conforme o protocolo Covid-19. Estamos mais residentes nas aldeias e ajudando nas prevenções em nossas comunidades.

Maria de Lourdes e Benedita Parintintin também reforçam a importância desses pactos, destacando em suas falas as medidas básicas de distanciamento e de higiene como parte fundamental desses acordos locais:

As medidas tomadas são as seguintes: os indígenas da aldeia Canavial não devem entrar em contato com outras pessoas que não sejam da aldeia, não deixar os indígenas sair para a cidade ou para comunidades ribeirinhas, respeitando o isolamento social. Caso seja preciso sair da aldeia, tomamos as devidas precauções como ficar a um ou dois metros de distância, uso de máscaras e lavar as mãos assim que chegar em casa.

A adaptação a esse indesejado modo de se relacionar é mediada por lideranças, que organizam as saídas de pessoas das aldeias:

Antes da pandemia, tínhamos o direito de ir e vir em qualquer meio de transporte, e hoje a saída das aldeias é realizada por algumas lideranças de cada aldeia para tratar determinados assuntos. No território Jiahui, foi montado um grupo, de dois representantes da associação e de dois representantes da terra indígena, que fica responsável em resolver assuntos comunitários. Estamos nos empoderando das ferramentas digitais para facilitar o processo de entendimento. (Joelma Diarrói)

Estes acordos coletivos colocam a comunidade inteira como responsável por medidas de prevenção e segurança. No entanto, apenas os esforços indígenas são incapazes de conter a doença, sendo necessário o aporte do sistema de saúde pública. Nesse sentido, a Sesai, por intermédio de seus Polos Base, junto com os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), tem tido um papel indispensável, orientando as pessoas quanto ao perigo e à prevenção da doença, como nos contam Maria de Lourdes e Benedita Parintintin, ambas agentes indígenas de saúde:

Eles estão orientando sobre como nós podemos nos prevenir e combater a nova doença coronavírus nas aldeias, também como ela é perigosa e a pessoa que for infectada corre o risco de óbito. Eles estão cuidando dos anciões, jovens e crianças. O Polo de Manicoré está orientando e ficando com mais frequência nas nossas aldeias, cuidando de nós. As orientações são: o distanciamento social, uso

de máscaras, o simples ato de lavar as mãos e o uso de álcool em gel quando sair. Ao chegar em casa com embalagens de mercados, a gente tem que usar água sanitária e água para desinfetar e diminuir o risco de infecção ao coronavírus.

E explicam como está funcionando as intervenções diretas nas comunidades, com a utilização de redes de informação, apoiada pelas redes sociais que elas operam, repassando informações às aldeias:

O Polo de Manicoré passa orientações via WhatsApp para as agentes indígenas de saúde sobre as ações que vêm para combater e prevenir a contaminação do coronavírus. Essas orientações são repassadas para as agentes de saúde indígenas para que elas repassem para as outras famílias da aldeia. As orientações são: fazer a higiene pessoal, lavar as mãos, usar máscaras, álcool em gel e lavar as mãos. Não visitar as outras comunidades. A gente está batendo nessa tecla com as famílias da aldeia, para que elas pratiquem o distanciamento social, ficar nas suas casas e na aldeia. A equipe quando vem na aldeia para fazer visitas, as orientações são repassadas por família. (Maria de Lourdes e Benedita Parintintin)

Observamos, com os relatos e com as falas, que a pandemia começou afetando parte fundamental da vida cotidiana dos Parintintin, Diahui e Tenharin do Igarapé Preto, impondo medidas de distanciamento entre eles e também com o mundo exterior. E que não tinham como não acatar, sob pena de ficarem exposto à doença e à morte. Mesmo estando ciente de seus impactos negativos, o bem da saúde coletiva ditou as relações, fazendo com que seguissem as diretrizes gerais internas e externas dos órgãos de saúde. Nesta situação, foram essenciais as ações dos e das agentes de saúde indígena, que atuam diretamente fazendo a ponte entre o sistema de saúde pública e as comunidades, fazendo com que o direito dos indígenas à saúde pública fosse respeitado.

O adiamento dos rituais Kagwahiwa

O distanciamento social, não obstante sua importância, se reflete também em algo vital para o inter-relacionamento Kagwahiwa, que é a produção e realização de suas festas e cerimônias tradicionais. Esses rituais são de extrema relevância na construção de seus inter-relacionamentos, tanto familiares quanto nos contextos das alianças intra e interétnicas. Esses encontros são o espaço de reprodução da cultura e da vida social e sua importância é demonstrada no esforço coletivo empregado pelas comunidades em meses de envolvimento e preparação, articulados numa imensa rede de compromissos, tarefas, afetos e trocas.

Com a chegada da Covid na região, as festas tradicionais – como, por exemplo, o Yrerua, o M'Botawa, a festa da menina moça e as cerimônias de passagem – não foram realizadas para não aglomerar pessoas.

Alguns eventos deixamos de fazer, porque justamente o risco é tão grande e a gente mora a 37km da cidade de Humaitá, e às vezes vêm pessoas que a gente não esperava e isso fez com que a nossa preocupação tão grande dentro do nosso modo de viver dentro de uma comunidade pequena de um pouco mais de 100 pessoas. (Marcelino Parintintin)

No caso do Yrerua, uma festa tradicional do povo Parintintin, que envolve meses de preparação, com amplo envolvimento das comunidades, foi cancelada, causando uma grande frustração na comunidade da aldeia Traíra. Marcelino Parintintin mostra esse impacto:

Nós, povo Parintintin da Aldeia Traíra e junto com outras aldeias, todos os anos a gente tem a festa cultural do guerreiro, se chama Yrerua. Essa festa já vem sendo organizada há quatro meses. Quando soubemos da notícia do Covid-19, que foi em meados de mês de março, e que chegou no Brasil, já começamos a nos preocupar: será que vai ter a festa? Será que vai dar para poder realizar nossa festa cultural? Tudo tem uma organização anteriormente para que esse dia que acontece a festa cultural, ela seja feita de acordo com a programação. Isso me deixou muito triste, porque um ato de cultura que já vem sendo feito de ano em ano. As pessoas vão caçar, as pessoas vão pescar, a mulherada costuma fazer artesanato, vem convidados, e isso deixa muito triste a cada um de nós. Isso impacta diretamente na nossa cultura, o jovem que se envolve, as crianças que se envolvem.

Outra festa importante realizada pelos Kagwahiwa e que não ocorreu neste ano em nenhuma aldeia é o M'Botawa, que, semelhante ao Yrerua, requer meses de trabalho. Tida como um evento social dos mais inclusivos, o M'Botawa envolve não só os habitantes de uma determinada aldeia ou terra indígena, mas entre todas as aldeias Kagwahiwa. Sobre o M'Botawa e outras festas tradicionais, Joelma Diarrói presta esse esclarecedor depoimento:

Na nossa realidade é muito comum os povos se reunirem, especificamente no mês de julho, porque a gente promove um evento muito grande que se chama M'Botawa, que é a festa do tradicional, onde convidamos outros povos, Parintintin, Tenharin, Juma, Torá e Munduru-cu. Nessa festa, especificamente são criados núcleo de grupos, grupo de caça e pesca, grupo de confecção de farinha, grupo M'Botawa, que é castanha enrolada na folha da palmeira, e grupo para construção do casarão. Em qualquer outro evento do contexto Kagwahiwa, são criados grupos, seja na festa do milho, na festa da castanha, na festa

da menina moça, na festa da passagem da formação do menino para homem e na passagem dos anciões. A gente está acostumado a fazer grupos de trabalhos e subdividi-los para determinadas tarefas. A festa M'Botawa, culturalmente falando, são três meses de preparação, junho julho e agosto. Na nossa região significa que é a época mais farta para coleta, seja qualquer tipo de fruta nativa, para a produção dos alimentos que vão ser oferecido aos outros povos e aos convidados; e é o período de caça mais fértil. Entendemos que esses três meses de preparação são o suficiente, seja para construir a maloca tradicional, preparar todos os artesanatos que são utilizados, como o cocar, colares e a tinta para pintura. Fazer uma lista dos casamentos que serão realizados durante a festa tradicional, saber o tipo de cerimônia que vamos celebrar durante M'Botawa e preparar a próxima aldeia para receber o evento em M'Botawa. Então nesses três meses a gente tem um determinado tempo para fazer e cumprir diversas tarefinhas, de forma detalhada, mas no nosso modo de vida. As festas do milho e da castanha, no nosso meio de vida tradicional, quando a gente faz uma boa colheita seja de milho ou outra cultura de forma farta, a gente tem que compartilhar com os outros comunitários ou até mesmo com os outros povos, fortalecendo as relações com os outros comunitários e com os outros povos indígenas.

Além da natureza festiva e cerimonial relatada, nestas festas também são articuladas muitas das ações das organizações indígenas. Como exemplo, na festa Yrerua, realizada pelo povo Parintintin, sempre se reserva uns dois dias para se efetuar a assembleia da Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (OPIPAM) ou fazer reuniões para discutir sobre educação, saúde, garantia dos direitos e sobre a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas Parintintin.

Também alterou na nossa festa e na assembleia da associação, pois no mês de agosto, na nossa cultura, realizávamos a festa cultural M'Botawa e a assembleia da OPIPAM para nós discutirmos assuntos voltados para a educação, saúde, cultura, instituições parceiras, novos projetos, todos voltados para a gestão territorial e ambiental das nossas terras indígenas Parintintin. (Benedita Parintintin)

As festas tradicionais Yrerua e M'Botawa envolvem uma complexa rede de relações, preparações e convívio entre os Parintintin, Diahui e Tenharin e que foram profundamente afetadas pelas medidas de isolamento social trazidas pela pandemia. Esses momentos são essenciais para a convivência e também para a gestão dos seus territórios e nem sempre são visíveis nos relatos oficiais sobre os impactos da doença. A dimensão cultural desses processos precisa ter mais lugar de destaque, pois, para os Kagwa-hiwa, é nesses espaços que as relações se dão, se organizam e se alimentam, como forma de manter viva suas histórias e seus povos.

Os impactos econômicos

Outro impacto significativo sentido nas aldeias Tenharim, Parintintin e Diahui é sem dúvida o impacto econômico, posto que a produção de seus roçados, assim como a produção de artesanato e farinha e também os diversos produtos oriundos do extrativismo, como castanha e açaí, deixaram de ser comercializados na cidade de Humaitá.

Muitos indígenas produziam farinha, já tinham contrato com o mercado para levar e fazer os seus ranchos. Artesanatos também e outros tipos de produção, como ado açaí, na parte do verão, que não estão mais podendo fazer a coleta. Isso dificultou bastante dentro da nossa comunidade. (Marcelino Parintintin)

Para minorar estes impactos econômicos, o governo federal implementou um auxílio emergencial, cujo acesso se tornou um grande desafio para os indígenas que, ao mesmo tempo que necessitavam dessa assistência, não podiam se expor ao risco de contrair o vírus. Marcelino Parintintin avalia essa situação nos seus parentes:

O auxílio emergencial foi bom. Mas isso se torna difícil, porque, quando sai esse auxílio, as pessoas querem logo receber e querem fazer aglomeração, que é orientado a não fazer. Diferente da aposentadoria, que a gente faz toda uma programação para que não saia muita gente da aldeia. A gente tem uma programação com a Funai, eles fazem com a gente, para que tirem seus benefícios e suas compras e traga para a aldeia de acordo com toda a orientação de segurança.

Como as comunidades não conseguem mais escoar e comercializar a sua produção, o acesso ao auxílio emergencial se tornou indispensável. Por outro lado, a impossibilidade de produzir alguma renda, somado à necessidade de obter efetivamente o auxílio, levam as pessoas a se deslocarem obrigatoriamente até Humaitá, tanto para retirar esse auxílio nas agências bancárias, quanto para realizar compras de itens básicos, causando uma espécie de contradição entre os acordos feitos e para se proteger e uma necessidade a itens fundamentais de suas vidas, conforme relata Marcelino Parintintin:

Dificultou para as pessoas que não tinham renda, que viviam de seus produtos, da farinha, do artesanato, e agora as pessoas perguntam: eu que não ganho nada, como vou fazer? Veio o auxílio social, mas querendo ou não você tem que sair para Humaitá, para cidade, para fazer isso aí. Então isso dificultou bastante no convívio do dia a dia dos indígenas. Eu vejo que há um cuidado tão grande com essa pandemia, porque a gente não pode ficar duvidando de uma pandemia que já matou mais de 70 mil brasileiros. A gente coloca isso de orientação para a nossa comunidade, quando há uma reunião a gente deixa isso bem claro, porque não é uma doença que não pode duvidar, porque ela mata mesmo.

O impacto na geração de renda, a partir da comercialização dos produtos da floresta ou dos roçados, foi bastante perceptível na aldeia Canavial, na Terra Indígena Ipixuna, que é completamente dependente do transporte fluvial, tanto para se locomover, quanto para escoar e vender sua produção:

Um dos pontos que foi difícil e que foi alterado por causa da pandemia foi a comercialização da nossa produção de açaí, copaíba e farinha, pois aproveitávamos o barco para vender para no próprio barco ou como frete até a cidade de Humaitá para a comercialização. (Marcelo Pirintintin)

Esta situação de impacto econômico foi relatada também pelos Diahui, que descrevem uma mudança não só na produção e comercialização, mas também na forma de produzir, de coletivo para uma forma mais familiar ou individual, conforme expõe Joelma Diarrói.

Na questão produtiva houve mudança, pois no nosso modo de cultura a coleta de açaí, copaíba, implantação de roçados e outros meios de sustentabilidade dos recursos naturais são realizados de forma coletiva. Com essa pandemia, tivemos que reaprender a nos limitar aos serviços de coleta de açaí e outros de forma individual. Não que seja uma opção em trabalhar individualmente, mas é necessário para proteger o outro parente. A gente prefere continuar com essa rotina, e que não tem data para acabar, e nós temos que nos adaptar com o novo normal para continuarmos com as nossas produções no território Jiahui.

A comercialização dos seus produtos, antes realizada mais cotidianamente, sofreu grandes impactos com a diminuição da mobilidade. O distanciamento social sem dúvida causou impactos na geração de renda e na economia indígena dos Kagwahiwa. Os mutirões e roçados, que antes eram realizados coletivamente, este ano estão sendo feitos por família, como forma de proteção à disseminação da doença e aglomeração. Por outro lado, o acesso ao auxílio financeiro, retirado nas cidades, os recoloca no caminho do contágio, requerendo maiores esforços para a efetivação dos acordos e organizações coletivas para as saídas organizadas das aldeias.

Roçados, SAFs e remédios tradicionais como estratégias de saúde

Sem o convívio social pleno dentro e fora das aldeias, com os processos de aliança e reciprocidade geradas em suas festas, e com as cerimônias e os rituais pausados, viu-se entre os Kagwahiwa uma intensificação de suas atividades produtivas tradicionais, principalmente os roçados, fundamentais para a segurança e autonomia alimentar das comunidades no contexto da crise econômica que sobreveio como impacto da pandemia.

Cleudo Tenharin afirma que esta maior dedicação às atividades de roçados e caça é a estratégia adotada para que os Tenharin do Igarapé Preto não precisem sair da terra indígena para comprar alimentos com tanta frequência:

A Covid ajudou a praticar mais os costumes, como a caça e a pesca tradicional. Devido à quarentena, parece que foi incentivando a prática dos roçados para garantir o sustento por meio de nossas culturas ancestrais de cultivo. O retorno das práticas, como caçada e pesca-ria, isso se vê que trouxe esse incentivo e também a prática de roçados. Esses trabalhos são necessários, não só hoje nesse momento de pandemia, mas constantemente, pois nos fornece uma alimentação saudável e balanceada. Ajuda os nossos organismos, pois aumenta o nosso sistema imunológico.

Esse redirecionamento para atividades produtivas parece ser geral entre os Kagwahiwa, pois está sendo vivenciado também pelos Parintitim do Ipixuna, que relacionam esse acontecimento à obrigatoriedade do distanciamento social, dando como exemplo suas próprias experiências como agentes ambientais, como dizem Maria de Lourdes e Benedita Parintintin:

Também essa pandemia ajudou as famílias a ficarem mais nas suas casas e acabaram tendo mais tempo para cuidar melhor das suas hortas, das limpezas dos sistemas agroflorestais e dos seus roçados. Isso porque ao longo desses anos a gente participava de oficinas, cursos e reuniões nas outras aldeias, tendo pouco tempo para cuidar das nossas coisas na nossa aldeia. E com essa pandemia, ajudou nesse ponto, de a gente ficar mais na nossa aldeia e ter mais tempo para cuidar melhor da horta, do sistema agroflorestal e dos roçados.

Além desse empenho e dedicação às atividades tradicionais de roçado, caça e pesca como forma de criar uma autonomia alimentar, de modo complementar, os indígenas também estão se concentrando em fortalecer seus corpos para enfrentar a pandemia. Nesse sentido, os chamados “remédios do mato” são fundamentais. São ervas, raízes, folhas, cascas e óleos essenciais que são parte do sistema tradicional de saúde indígena:

Os remédios tradicionais continuamos usando os mesmos, antes da pandemia a gente seguia um padrão de qualidade de vida, onde a gente prefere os remédios tradicionais do que manipulados em fábricas de farmácia. Não desacreditamos no potencial dos remédios manipulados e o poder de nos curar. Mas, de forma cultural e mais limpa, a gente prefere usar o óleo de copaíba, sangue de dragão, unha de gato, raízes de árvores de uxi. Cada um deles atuam numa área diferente. A copaíba serve para inflamação, o sangue de dragão serve para queimar a gordura e limpar o sangue. Já as cascas servem para desintoxicação e limpeza corporal. (Joelma Diarrói)

Marcelino Parintintin também ressalta a importância desses remédios tradicionais que, juntamente com o isolamento social e o uso de máscaras e constante higiene, se complementam:

As medidas são isolamento social e também os remédios medicinais que a gente está tomando, que é a quinaquina, a saracura, o pessoal está tomando bastante a saracura, chá caseiro. Por que estamos nos prevenindo? Porque a quinaquina e a saracura já são vistas como um defensor do combate à Covid-19. Então começamos a trabalhar com remédios tradicionais para que nosso corpo esteja preparado e protegido, caso alguma coisa aconteça em relação à Covid, pois a gente sabe que a imunidade indígena é baixa, mas aí a gente está trabalhando com a questão da prevenção, isolamento e de remédio caseiro dentro da nossa aldeia.

Esses conhecimentos sobre os remédios da floresta não são públicos, mas de domínio dos anciões, que ao longo de suas vidas os adquiriram por meio das experiências que vivenciaram. Esses conhecedores, importantíssimos e necessários na cultura Kagawhiwa, são considerados um grupo de alto risco, havendo uma grande preocupação com sua saúde. Diante disso, há um grande cuidado com os velhos nas aldeias, posto que cuidar deles é também cuidar dos conhecimentos que eles guardam e transferem para as gerações futuras. Joelma Diarrói sobre isso nos conta:

O papel dos anciões atualmente falando é muito importante, resguardá-los em nossas comunidades evitando o máximo que os mesmos sejam infectados pela Covid-19, uma vez que, os nossos anciões são a nossa biblioteca no aspecto de saber todos os cânticos, de saber todas as histórias do nosso povo, de saber de toda a luta do movimento, seja especificamente falando do povo Jiahui ou de outros povos. É aquela pessoa que viveu muito mais tempo do que eu e ou outros agentes ambientais. É aquela referência tradicional, de onde a gente pode nos alimentar para fortalecer as nossas lutas e para escrever um artigo ou uma matéria, até mesmo saber a opinião sobre uma ideia de projetos. Para gente usar o conhecimento desses anciões, de uma forma benéfica entre os mais jovens, de poder incentivar e ter ele como uma referência, então os mais velhos são uma peça fundamental, não só em tempos de pandemia, mas no cotidiano, porque entendemos que os anciões são uma biblioteca com um acervo rico de conhecimento e experiência que está disponível para o povo Jiahui e para o movimento indígena do sul do Amazonas.

Concluindo, os fortes impactos na geração de renda dos indígenas impulsionaram as atividades produtivas, que ganharam destaque. Roçados e atividades com caça e pesca ganharam relevância. A produção autônoma de alimentos é o modo encontrado de garantir uma segurança alimentar

que não dependa de idas constantes à cidade para comprar itens básicos de alimentação, diminuindo assim a exposição das pessoas ao vírus.

Além da produção desta alimentação, e para aumentar e fortalecer a saúde indígena, também os ‘remédios do mato’ estão sendo utilizados como prevenção. Com isso, um impacto positivo foi percebido: o aumento da importância dos anciões e das anciãs, conhecedores das plantas do mato, dos remédios da floresta, que passaram a ser respeitados, também, pelo conhecimento que dominam.

O papel das organizações indígenas

Neste contexto de autoproteção extrema efetivada por um esforço enorme, as associações indígenas dos povos Kagwahiwa se mostram fundamentais. Seja nas alianças que fazem com organizações da sociedade civil – como o IEB, a Operação Amazônia Nativa (OPAN) e o WWF Brasil – e no diálogo com órgãos de saúde e indigenistas dos governos federal e estadual.

Todos os três povos possuem associações formais e ativas. Os Jiahui são representados pela Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ); os Parintintin pela Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (OPIPAM); enquanto que os Tenharin do Igarapé Preto são representados pela Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto (APITIPRE). Todas atuam de forma eficaz, como braço da organização social Kagwahiwa para as relações interétnicas, em especial no estabelecimento e manutenção de alianças. O conjunto dessas associações está representado pela Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM), que tem como foco atuar em questões, sobretudo política, nas escalas regional e estadual.

No contexto específico da pandemia, o papel fundamental dessas organizações é o acesso aos editais emergenciais para o enfrentamento ao coronavírus, como suporte à aquisição de gêneros alimentícios, matérias de proteção individual e saúde básica, de combustíveis e de insumos para apoiar atividades produtivas nas aldeias.

Maria de Lourdes e Benedita Parintintin, por exemplo, menciona o papel da OPIPAM no apoio às suas comunidades, tanto no que diz respeito à busca de ajuda externa, como também nas orientações de saúde que realizam junto às famílias. Para essas orientações, estão contando com a ajuda de tecnologias de comunicação remotas, principalmente com o uso de aplicativos e plataformas de comunicação em vídeo, transformadas em ferramentas de comunicação e mobilização dentro dos territórios indígenas. Aqui os relatos de Maria de Lourdes e Benedita Parintintin:

A Opipam tem o papel fundamental desde o início, quando reuniu a comunidade e teve que tomar medidas junto com a comunidade, a organização está sempre orientando sobre a Covid. Sempre falando sobre isolamento social, uso de máscara, álcool em gel. As máscaras que estão sendo usadas as próprias mulheres fazem, pois é mais segura. A organização vem trabalhando com isso, e está buscando mais parceria para apoiar a comunidade. Também vem procurando parceiros e acessando editais de projetos para apoiar as duas terras indígenas durante esse tempo de pandemia. Nós, povo Parintintin, fomos contemplados com dois projetos emergenciais para apoiar as populações mais vulneráveis com alimentação e materiais de higiene e de limpeza para o combate ao coronavírus. Além disso, também orientamos também via WhatsApp com texto ou vídeos de instituições parceiras com orientações de isolamento e distanciamento social e uso de armas (uso de máscaras e álcool em gel e o simples ato de lavar as mãos) para o combate ao coronavírus. As orientações são para os indígenas não saírem de suas aldeias, não irem para a cidade desnecessariamente, com intuito de não serem contaminados com o vírus e trazer para dentro das aldeias, protegendo os anciões, jovens, crianças e demais indígenas, para não causar nenhum transtorno dentro da nossa aldeia.

Pode-se perceber que ao mesmo tempo em que a comunicação remota se tornou essencial, também deixou evidente a precariedade das estruturas e dos serviços de internet na região e, pior ainda, nas aldeias. Todas as organizações, em graus variados, estão vivenciando essa precariedade. Há no memento uma corrida para superar essa carência. Principalmente porque entendem que após o fim da pandemia as ferramentas tecnológicas de comunicação se tornarão cada vez mais necessárias para o fortalecimento das relações estabelecidas. O relato de Cleiton Jiahui ilustra bem essa situação:

Como a gente, povo indígena, muito ainda tem essa questão de ter um celular só para ligar e usar redes sociais, e não saber manusear de forma profissionalmente falando. Como movimento indígena e multiplicador de muitas oportunidades que tive como cursos, oficinas, seminários. Na minha aldeia, eu tento usar a falar a disponibilidade de tempo e aprender a se empoderar no manuseio das ferramentas digitais. Na nossa região indígena é muito comum usar o celular para dar uma curtida, mandar uns *memes*, assistir a uma *live*, postar uma foto e vídeo. Atualmente, os povos indígenas e até os brancos têm que usar essa questão de disponibilidade de tempo, porque o futuro é esse que tudo será realizado via comunicação por ferramentas digitais. Então, aprender a se empoderar desses meios de comunicação, otimizando esse espaço de tempo para coletar informações e repassar essas informações de forma quantitativa e qualitativa, o empoderamento digital é importante nesse processo.

Quanto ao papel da Apij no contexto da pandemia, ela também se tornou fundamental para os Jiahui, seja atuando na captação de apoios materiais externos, seja na circulação de informações para seus parentes nas aldeias, conforme nos conta Joelma Diarrói.

Atualmente a associação está buscando informações, seja por meio dos coordenadores ou pela parte da assessoria. Eles ficam sempre fazendo algumas pequenas reuniões, intercaladas por meio de aplicativo, e tentam filtrar o máximo de informações e fazer uns boletins informativos, como a gente tenha um aspecto de indicar para a cadeia da diretoria da nossa associação um representante de cada família para facilitar o processo de comunicação de informações na questão de conscientização, seja de qualquer aspecto, seja educação, saúde e direito. Hoje, está executando dois projetos que foram escritos antes da pandemia, voltados para proteção territorial. A gente tentou acessar um edital para projeto de um fundo emergencial ao Covid-19, mas infelizmente não fomos contemplados, acredito que não fomos selecionados, pois a gente já estava executando um recurso dessa instituição, e que outras associações indígenas da região ainda não tinham sido contempladas com nenhum edital emergencial à Covid-19.

Já a Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM) nos mostra a função política central da associação. A incumbência de acompanhar atividades e ações que impactam o território Kawaghiwa como um todo e de manter as relações com instituições de governo e aliados da sociedade civil é a contribuição que esta organização regional dá no enfrentamento à doença.

As organizações indígenas, estão se mostrando fundamentais nas atuações nas suas respectivas comunidades e também nas relações exteriores, estabelecendo alianças e acessando novos recursos para o apoio das emergências trazidas pela pandemia. São essas organizações indígenas, por exemplo, que acessam órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), o Batalhão do Exército em Humaitá, o próprio Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), e outras organizações não governamentais e financiadores, expondo suas demandas e estabelecendo parcerias.

Por exemplo, na composição do Grupo Emergencial da Covid-19, formado pela Sesai/Polo de Humaitá, pela Coordenação Regional da Funai Madeira, pela Organização do Povo Indígena do Alto Madeira (OPIAM), pelo 54º Batalhão de Infantaria de Selva, pela Polícia Militar do Amazonas e pela Cáritas Diocesana de Humaitá, o papel da Opiam é chave para que os povos indígenas Kagwahiwa sejam atendidos e auxiliados no combate e prevenção à Covid-19, como relata Cleiton Jiahui:

Foi criado um comitê regional, no qual se faz presente a Coordenação Regional do Madeira, a Sesai/Polo Base de Humaitá e a Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM) e foi criado para discutir o enfrentamento ao coronavírus, no qual cada um tem o seu papel. A Funai com restrições de entradas e saídas de não indígenas nas terras indígenas; a Sesai/Polo de Humaitá na questão de orientação, prevenção e monitoramento de quem entra e de quem sai das terras indígenas; e a Opiam, na parte mais de articulação política na região, pois ela representa os indígenas do Alto Madeira.

Parte dos resultados práticos significativos desta incidência política das organizações indígenas se concretizou com a instalação de duas barreiras sanitárias na BR-230, em locais que dão acesso às terras indígenas: uma no quilômetro 85, principal acesso à Terra Indígena Pirahã (povo indígena de recente contato) e bem próxima ao limite da Terra Indígena Jiahui; e outra no quilômetro 150, no limite da Terra Indígena Tenharin Marmelos.

O conjunto desses depoimentos nos mostra que a presença das organizações indígenas é muito importante para o enfrentamento ao coronavírus nas aldeias, sobretudo por serem seus dirigentes que buscam e constroem com o setor público e com organizações da sociedade civil. São essas organizações que fazem a tradução das ações de prevenção e veiculam os necessários protocolos de saúde nas comunidades. São elas também que reivindicam que se respeite os direitos dos povos indígenas, seja à saúde, seja ao território, cobrando que as ações que cabem ao poder público implementar sejam efetivamente realizadas.

Os Agentes Ambientais Indígenas (AAI) e suas atribuições como barreira à Covid-19

As atividades desenvolvidas pelos agentes ambientais indígenas em suas respectivas comunidades estão sendo bastante impactadas, forçando uma reorientação de suas ações. Antes baseadas em trabalhos essencialmente coletivos, agora tais atividades são restritas aos núcleos familiares, como conta Marcelino Parintitin:

As atividades dos agentes ambientais estão sendo feitas individualmente, cada agente ambiental está relatando a forma do trabalho individual, até porque a gente não pode trabalhar em grupo para evitar aglomeração. Cada agente ambiental vê o ponto em que irá trabalhar e orienta as famílias, o que é de extrema importância. Hoje as famílias estão trabalhando na horta familiar, então o papel do agente ambiental é orientar isso aí.

Maria de Lourdes e Benedita Parintintim, que, além de agentes de saúde, são agentes ambientais indígenas em suas comunidades, nos relatam como estão dando continuidade às suas atividades, reinventando as formas de atuar e mantendo, com restrições, os mesmos objetivos do trabalho coletivo, mesmo que coletivamente essas atividades não possam ser realizadas. Nesse sentido, os Parintintim do Ipixuna, por exemplo, se dedicam então a organizar os trabalhos, tendo como foco os núcleos familiares:

Hoje, cada família está fazendo a sua parte na sua unidade de produção familiar, pois cada família tem um agente ambiental que foi preparado para trabalhar e dar continuidade nas atividades. Esses agentes ambientais estão levando as atividades com a sua família no dia a dia, cada um por si e Deus por todos. Não é que a gente não quer, mas porque a gente não pode fazer atividades com grande aglomeração. Assim, nós estamos fazendo assim por família, cada família está fazendo o preparo dos seus roçados, fabricação da farinha, preparo e manutenção de suas hortas. Estamos realizando atividades com duas pessoas, no máximo, mantendo a questão do distanciamento de 1,5 a 2 metros de distância, usando equipamentos de segurança, como máscaras, às vezes luvas, álcool em gel e principalmente sempre lavar as mãos.

As atividades em que as comunidades investem mais tempo neste momento são os trabalhos nos Sistemas Agroflorestais Indígenas, os SAFs, que assim como os roçados, produzem alimentos que, acredita-se, os fortalecem para a eventualidade de serem atingidos pela doença. Esses SAFs, que já tinham importância antes da pandemia, especialmente para a segurança alimentar das comunidades, ganharam maior relevância ainda, agora como estratégia de autonomia alimentar e como forma de fortalecimento e proteção do corpo diante da ameaça à saúde. Assim nos diz Benedita Parintintim:

Os trabalhos com o sistema agroflorestal através dos plantios de espécies frutíferas com as espécies de macaxeira, mandioca, abacaxi e cará e as hortas familiares ajudaram bastante na nossa alimentação. Com a produção de verduras, como cheiro-verde, que é composto por coentro, cebolinha e chicória, como também pimenta-de-cheiro, abóbora e alface. Esse incentivo permitiu que a gente produzisse a nossa própria alimentação mais saudável, sem agrotóxicos e que complementaria as nossas refeições com o peixe do rio Ipixuna e caça da nossa floresta.

Outra ação desempenhada pelos agentes ambientais indígenas e que sofre um impacto direto, é o monitoramento e vigilância dos territórios. Antes atividades tradicionais realizadas coletivamente por várias famílias, e que eram também ocasiões em que monitoravam e vigiavam seus territórios – como exemplo temos as atividades de caça, pescaria ou coleta de

castanha e açaí -agora, com a pandemia e a eclosão dos casos na região, passou a ser realizada com menos gente e em lugares mais próximos.

As pessoas vão caçar uma, duas famílias, não podemos ter muitas pessoas, porque isso dificulta para não voltar a dizer, para não causar aglomeração. Mas qualquer indício de invasores, qualquer indício de pessoas que tentam entrar dentro da terra indígena, a gente está relatando tudo isso de forma individual para depois pegar esse material e colocar num relatório só e enviar para os nossos técnicos e para a comunidade ter conhecimento. (Benedita Parintintin)

Diante disso, podemos inferir que a atuação dos agentes ambientais não parou, mas mudou significativamente com a pandemia. Estão aproveitando este momento para colocar em prática os aprendizados que obtiveram nos últimos anos, principalmente nos cursos de formação. Efetivamente se transformaram em multiplicadores de conhecimentos, como nos diz Cleiton Macedo Diahui neste depoimento:

Eu e os meus amigos, agentes ambientais indígenas, estamos buscando informações com o parceiro, especialmente com os técnicos de campo, também visitando os materiais que foram fornecidos nos três módulos de formação continuada dos AAIs Kagwahiwa e das atividades entre módulos pelo projeto Sulam Indígena, onde nós estávamos praticando nas salas de aula e nas atividades entre módulos, quando a gente voltava para as aldeias, agora estamos colocando em prática todos os conhecimentos de gestão ambiental e territorial que foram adquiridos nos módulos.

Mesmo na pandemia o trabalho do agente ambiental não parou. Ao contrário, às atividades antes restritas às questões ambientais propriamente ditas, somou-se as questões relacionadas à saúde comunitária. Agora são também orientadores de boas práticas de saúde e mobilizadores de atividades diversas em suas comunidades, duas atribuições importantíssimas, necessárias e determinantes para o enfrentamento que fazem à Covid-19.

Conclusão

Vimos, com esta pequena exposição, que a pandemia causou nos povos Kagwahiwa uma série de novas situações e alterações. Seus modos de vida estão sendo afetados, testando sua resiliência e capacidade de superação de mais um impacto causado por motivos que lhes fogem completamente do controle. As vivências destes agentes ambientais indígenas que aqui foram apresentadas, sua dedicação às suas comunidades, o esforço na construção coletiva de acordos e novas formas de relacionamento cotidia-

no para atravessar esse momento, os colocou em outro patamar de importância e prestígio em suas aldeias.

Processo semelhante ocorre com as organizações indígenas, que se fortaleceram como peças chave para angariar parcerias e reivindicar que os direitos à saúde fossem cumpridos e que as ações dos órgãos públicos chegassem de fato às famílias. A mobilização dos comitês locais para o acompanhamento da pandemia e a efetivação de barreiras sanitárias demonstrou a capacidade de articulação das organizações indígenas no sul do Amazonas, aumentando sobremaneira sua importância em suas aldeias.

A pluralidade de impactos nos Parintintin, Tenharin e Jiahui, que nem sempre são visíveis nas estatísticas sobre a pandemia no sul do Amazonas, mostram que, agregada às questões relacionadas à saúde, circundam muitos processos sociais e culturais. Rituais e cerimônias; alianças intra e interétnicas; impactos socioeconômicos; políticas internas e relações exteriores, entre outras.

Especificamente no contexto das relações com a sociedade regional, dado que o município de Humaitá e as terras indígenas Nove de Janeiro, Ipixuna, Jiahui e Tenharin do Igarapé Preto estão imersas no contexto de pressão associado à expansão das fronteiras extrativas – mineração, madeira e agricultura são seus exemplos mais eloquentes –, futuras pesquisas podem explorar melhor e mais detidamente a relação entre a expansão dessas fronteiras e a pandemia. Ambas associadas ao contexto atual do governo Bolsonaro, em que, ao neoextrativismo, que persiste como lógica desenvolvimentista, soma-se uma frontal e violenta investida contra os direitos indígenas conquistados ao longo de décadas.

Finalmente, nesse processo é importante ressaltar a enorme capacidade de reinvenção e resiliência destes povos em estabelecer novas práticas e novas relações, internas e externas, tendo os agentes ambientais indígenas e as organizações locais e regional como referência. Os impactos socioculturais nestas sociedades no médio e longo prazos, que certamente virão, ainda não dá para serem avaliados. Mas é consenso entre eles que a não realização de suas festas tradicionais, a impossibilidade de reunir os parentes e de seguir com as visitas e seus diversos fazeres coletivos, seguramente terá repercussão que se estenderá ainda por um tempo indeterminado. Isso poderá ser tema de futuras exposições, análises e discussões mais aprofundadas. Os efeitos do isolamento social são múltiplos e perceptíveis e impactantes, e não podem ser de forma nenhuma negligenciados e nem silenciados. É expondo, refletindo e agindo sobre esses impactos que os Parintintin, Jiahui e Kagwahiwa seguirão se protegendo e resistindo, não só à doença, mas também a vários outros processos lesivos que lhes afetam.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica (orgs.) In: Sauer, S., Almeida, W. (Eds.), **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Editora da UnB, Brasília, pp. 27-44.

Boletim da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Disponível em: <https://www.facebook.com/AliancaSulAM>.

Devastação na Amazônia Legal tem aumento de 64%, mostram dados do INPE. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>.

FEARNSIDE, P.M. 2019. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. p. 55-81. In: Fearnside, P.M. (ed.) **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**, Vol. 1. Editora do INPA, Manaus. 368 p. (no prelo).

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. **Enfrentando os limites do crescimento**, July 2012, p. 303–318, 2018.

SAFRANSKY, Sara; WOLFORD, Wendy. Contemporary Land Grabs and their Alternatives in the Americas. **International Conference on Global Land Grabbing**, 2011.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, v. 244, p. 30–46, 2013.

ZHOURI, Andrea. **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1. ed. Marabá: Editorial iGuana, 2018.

Abstract: Indigenous Environmental Agents (AAIs) Kagwahiwa are at the forefront of combating Covid-19 by indigenous peoples in the south of the Amazon. The Kahwahiwa are formed by the Tenharin, Parintintin and Diajui peoples. These peoples occupy a territorial ethnic complex at the western end of the deforestation arc. Since the second half of the twentieth century, this territory has been under intense developmental pressure, as the BR-319 and BR-230 highways were inaugurated. Indigenous organizations have an important role in this regard, as they help in building alliances for the confrontation carried out by the communities. This paper analyzed the perception of indigenous environmental agents about the impacts on daily life, culture, the economy and the work of indigenous environmental agents. The objective is to reflect on these impacts on the indigenous peoples of the southern Amazon.

Keywords: Covid; Southern Amazon; Indigenous Lands; Kagwahiwa.